

REFLEXÕES INICIAIS ACERCA DA REALIDADE DA MULHER NEGRA ACADÊMICA: APONTAMENTOS SOBRE UMA ESCRITA DE AUTOREPRESENTAÇÃO.

Kássia Mota de Sousa ¹

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo suscitar reflexões sobre a realidade da mulher negra acadêmica, ele surge empiricamente a partir da nossa própria experiência: mulher negra de 35 anos de idade, nordestina, mãe de criança de 2 anos de idade, doutora em Educação, docente de uma Universidade Federal do interior do Nordeste brasileiro. E espelha uma questão de grande profundidade: a dificuldade do reconhecimento do sujeito negro, mulher, como produtora de pensamento por parte de setores hegemônicos da academia brasileira, permeáveis, portanto, ao racismo, e seus mecanismos, como da “invisibilidade negra”. Compreendendo que não se esgota aqui, a questão que ora permeia nossas reflexões, e que se apresenta neste ensaio uma primeira tentativa de sistematização, compreendendo que a produção de nós, sobre nós é um verdadeiro chamado ao nosso protagonismo e reconfiguração do mundo a partir de outras epistemologias. É um combate ao epistemicídio sistemático que aniquila nossa cultura, intelectualidade e fazeres políticos.

Palavras-chave: Feminismo, afrodescendência, Escrevivência, Intelectualidade negra.

Do fogo que em mim arde

*Sim, eu trago o fogo, / o outro,
não aquele que te apraz. / Ele queima sim,
é chama voraz / que derrete o bivo do teu pincel
incendiando até as cinzas / o desejo-desenho que fazes de mim
Sim, eu trago o fogo, / o outro,
aquele que me faz, / e que molda a dura pena
de minha escrita. / É este o fogo,
o meu, o que me arde / e cunha a minha face
na letra desenho / do autorretrato meu.*

Conceição Evaristo

¹ Professora Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. kassiamota@gmail.com;

Este ensaio tem como objetivo suscitar reflexões sobre a realidade da mulher negra acadêmica, ele surge empiricamente a partir da nossa própria experiência: mulher negra de 35 anos de idade, nordestina, mãe de criança de 2 anos de idade, doutora em Educação, docente de uma Universidade Federal do interior do Nordeste brasileiro.

E espelha aqui sobre uma questão de grande profundidade: a dificuldade do reconhecimento do sujeito negro, mulher, como produtora de pensamento por parte de setores hegemônicos da academia brasileira, permeáveis, portanto, ao racismo e seus mecanismos da “invisibilidade negra”, semelhantes em outros âmbitos sociais. Compreendendo que não se esgota aqui, a questão que ora permeia nossas reflexões, e que se apresenta neste ensaio uma primeira tentativa de sistematização de qual o lugar e tempo, na academia e na sociedade para uma mulher, afrodescendente, mãe, nordestina, migrante, professora, historiadora, ativista e pensadora.

Neste sentido a sistematização e a escrita científica é um espaço importante, de dever das mulheres negras, assim surge para nós a Escrivivência de Conceição Evaristo, e a compreensão das subjetividades e especificidades da escrita da mulher negra,

Ele tem uma autoria, um sujeito, homem ou mulher, que com uma ‘subjetividade’ própria vai construindo a sua escrita, vai ‘inventando, criando’ o ponto de vista do texto. Em síntese, quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvinculo de um ‘corpo-mulher-negra em vivência’ e que por ser esse ‘o meu corpo, e não outro’, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta. As experiências dos homens negros se assemelham muitíssimo às minhas, em muitas situações estão par a par, porém há um instante profundo, perceptível só para nós, negras e mulheres, para o qual nossos companheiros não atinam. Do mesmo modo, penso a nossa condição de mulheres negras em relação às mulheres brancas. Sim, há uma condição que nos une, a de gênero. Há, entretanto, uma outra condição para ambas, o pertencimento racial, que coloca as mulheres brancas em um lugar de superioridade – às vezes, só simbolicamente, reconheço – frente às outras mulheres, não brancas. E desse lugar, muitas vezes, a mulher branca pode e pode se transformar em opressora, tanto quanto o homem branco. Historicamente, no Brasil, as experiências das mulheres negras se assemelham muito mais às experiências de mulheres indígenas. E então, volto a insistir: a sociedade que me cerca, com as perversidades do racismo e do sexismo que enfrento desde criança, somada ao pertencimento a uma determinada classe social, na qual nasci e cresci, e na qual ainda hoje vivem os meus familiares e a grande maioria negra, certamente influenciou e influi em minha subjetividade (EVARISTO, 2009, p.18).

Teoricamente, nos amparamos nesta produção que postula a importância do feminismo negro ao denunciar o caráter civilizador, colonizador da ciência sobre/sob

nossos corpos, saberes, produções, assim é preciso que partamos de outros lugares, sujeitos. Falar a partir das mulheres negras é uma premissa importante do feminismo negro, como nos ensina Patricia Hill Collins sobre a necessidade dessas mulheres se auto definirem. Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos, que mostrem uma outra geografia da razão.

Este ensaio se apresenta em dois eixos principais, buscamos organizar um arcabouço teórico que nos permita refutar com o olhar colonizador sob nossa questão. E apresenta nossas experiências, a fim de compreender como as nossas vivências inserem-se na experiência comum daquelas que buscam construir-se intelectuais negras no brasileiras.

Assim iniciamos recobrando um pouco da nossa trajetória pessoal/acadêmica até a chegada desta escrita, pois a produção de mulheres negras acadêmicas sobre mulheres negras acadêmicas não possui uma trajetória linear, nossas trajetórias familiares, sociais, nosso processo de escolarização, nossa entrada na Universidade e no mercado de trabalho, são todos marcados pelo racismo, neste sentido Beatriz Nascimento nos conta que,

Ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, a prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesmo. Ser negro não pode ser resumido a um “estado de espírito”, a “alma branca ou negra”, a aspectos de comportamento que determinados brancos elegeram como sendo de negro e assim adotá-los como seus. (NASCIMENTO, 1974, p.76).

É difícil a escrita autobiográfica, de autorepresentação, escrevivência, porque ela contraria a lógica da estrutura racista presente na sociedade e assimilada por mim também, por nós afrodescendentes, esta lógica postula a não importância de nossas vidas, trajetórias e histórias. É a mesma lógica perversa que incentivou o esquecimento das histórias particulares dos meus familiares negros.

Dentro de uma sociedade racista, uma mestiça como eu, é criada ignorando o pertencimento identitário negro, afastada da sua família negra e almejando aceitação e pertencimento na família branca. Este fato demonstra que a mestiçagem, por si só não atua na construção da democracia racial, e sim encrudescendo o racismo existente.

Obviamente que uma criança e/ou um jovem negro que vive em uma sociedade onde o elemento positivo, valorizado e afirmado é o sujeito branco; onde, nos espaços escolares, ouve cotidianamente professores/as relatarem que os mesmos são

descendentes de “escravos” – e até mesmo o tema da escravidão nestes locais ainda é apresentado através de descrições estereotipadas da submissão e aceitação dos/as negros/as ao escravismo colonial. Nesse contexto, a história do seu povo é a história dos derrotados, dos inferiorizados, dos de culturas folclóricas, e, ao abrir os livros didáticos que retratam as lutas e conquistas da população brasileira esses indivíduos não se vêm representados, não se enxergam e, não encontrando referencial, a médio e longo prazo esses sujeitos certamente sofrerão um cruel processo de anulação de sua identidade negra, enfim, de sua negritude. (BISPO, 2012, pág. 08).

Nossos marcadores históricos, sociais, educativos, artísticos, de organização social, de memórias e narrativas foram desconsiderados como experiências válidas na construção da sociedade brasileira. E a nossa história foi construída a partir da perspectiva do “outro”, uma história que parte do princípio de produção de um conhecimento acerca de algo desconhecido, distante e diverso do autor.

Partimos de um ponto contrário, afirmando a importância da afrodescendência na sistematização do conhecimento da população afrodescendente partindo do nosso olhar, das nossas memórias e narrativas para a construção da nossa história. Conforme Cunha Junior “um novo campo de produção científica específico das populações de descendência africana, tratando da população desta realidade na sua própria ótica é que levou uma incorporação dos conhecimentos da história, da cultura africana resultando na base do conhecimento denominado afrodescendência” (CUNHA Jr. 20??, s/p).

Compreendemos que conforme Batista (1998:16) “na situação atual, o negro pode ser consciente de sua condição, das implicações histórico-políticas do racismo, mas isso não impede que ele seja afetado pelas marcas que a realidade sócio-cultural do racismo deixam inscritas em sua psique”. Afirmamos também, que o racismo anti-negro é perverso, que quanto mais escura a cor da pele, mais violento será o racismo vivenciado, mas, entendemos ser importante compreender os processos vivenciados pelos afrodescendentes em sua diversidade fenotípica, inclusive para entender a lógica do branqueamento e os processos de afirmação identitário afrodescendente.

Assim, este ensaio se inscreve no campo dos estudos que compreende o racismo não apenas como fenômeno social, mas também, afirma suas implicações no campo da psique, “os efeitos perversos do racismo transcendem (vão mais além) os efeitos socialmente perversos em que se manifestam com maior visibilidade.” (BATISTA, 1998, p.18), como consequência deste fenômeno na psique, vivenciamos os processos

dolorosos, de esquecimento da história de nossa própria família, como elemento de fuga e sobrevivência, ante a desqualificação social que o negro sofre numa sociedade racista.

Este processo, para mim, foi naturalizado, e sobre ele fiz uma primeira reflexão, na escrita da tese “Por onde andou nossa família: veredas e narrativas da história de famílias afrodescendentes no pós-abolição”. Portanto, sou esta mulher afrodescendente, buscando referências esquecidas e invisibilizadas, referências negadas, mesmo assim, referências compreendidas como estruturantes da minha existência.

Assim a produção de nós, sobre nós é um verdadeiro chamado ao nosso protagonismo e reconfiguração do mundo a partir de outras epistemologias. É um combate ao epistemicídio sistemático que aniquila nossa cultura, intelectualidade e fazeres políticos.

A insistência de mulheres negras auto definirem-se, auto avaliarem-se e a necessidade de uma análise centrada na mulher negra é significativa por duas razões: em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo masculino branco. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste em imagens que definem as mulheres negras como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos (Collins, 2016, p.105).

Esta perspectiva não inaugura-se com este ensaio, há importantes experiências de mulheres negras intelectuais que nos antecedem, no Brasil já somos muitas as feministas negras: Djamila Ribeiro, Giovana Xavier, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, Elisa Lucinda, Neusa Santos. Consideramos importante citá-las e lembrá-las, pois “nossos passos virem de longe”, estas mulheres e suas produções não me foram apresentadas na escola de educação básica, e nem mesmo durante a graduação, podemos considerar que a **invisibilidade** da mulher negra no espaço acadêmico também se consolida porque o seu outro (homem branco, mulher branca ou homem negro) não a vê nesse ambiente e nem mesmo trilhando esse itinerário intelectual. Qual o tempo que as mulheres negras tem

para ler? A que leituras que se dedicam? E perguntamos enfim: quantas possuem condições para adentrar na universidade? Destas, quantas se tornam pesquisadoras, professoras e intelectuais?

Uma mulher negra que se torna pesquisadora e elabora um pensamento próprio nos parâmetros acadêmicos, inspirada da vida extra-muros da universidade rompe com esse processo de invisibilidade no espaço acadêmico. Uma mulher negra pesquisadora jamais é imperceptível no campus, mas talvez o seja nesse campo enquanto autora.

É recorrente em minha experiência de trabalho duas situações: Quando a comunidade docente não percebe a minha presença nos espaços, como nos primeiros dias letivos, quando alunos ignoram minha presença em sala de aula, esperando a chegada da Professora e são surpreendidos ao saberem que a mulher negra presente é a professora. Ou quando sou percebida e torno-me destacável, não exatamente pela minha performance acadêmica, mas pelo pertencimento étnico e passam a imputar a mim, exclusivamente, todas as demandas de gênero e raça. Os números² apresentam que somos 219 doutoras pretas professoras em cursos de pós-graduação do Brasil, segundo o Censo da Educação Superior mais recente, de 2016. Mulheres pretas com doutorado, como ela, são 0,4% do corpo docente na pós em todo o país. Quando somadas, as mulheres pretas e pardas com doutorado, que formam o grupo das negras, não chegam a 3% do total de docentes.

Assim, compreendemos que as situações acima relatadas se relacionam com os dados em sentidos múltiplos, a ignorância pela comunidade acadêmica expressa o racismo institucional e o processo de invisibilização da mulher negra, ao tempo que ao sermos “percebidas” no espaço acadêmico, provoca isolacionismos e fortalecimento de estereótipos, ao tempo que passam a nos remeter as demandas sociais e raciais das instituições, circunscrevendo a nossa atuação e pré-definindo nossas pautas e espaços de atuação.

Ainda buscando caminhos epistemológicos para a solução da problemática anunciada “E como uma mulher negra se torna um(a) intelectual no Brasil?” afirmo que um bom caminho é resgatar e escrevermos as nossas histórias pessoais, na perspectiva de construção da História da População Afrobrasileira. Estas escritas são responsáveis por um processo de empoderamento negro consistente, ao auxiliar na construção da nossa

² FERREIRA, Lola. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. Rev. Gênero e Número, n. 10. Jun. 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em 20 de Setembro de 2019.

compreensão identitária, não há mais ninguém que possa fazer isto por nós, que não, nós mesmos.

Essas escritas não serão lineares, pois a vida não é linear. A vida da população afrodescendente é terreno acidentado, é vereda das mais estreitas.

É como se a peneira da seleção “natural” do mundo acadêmico fosse mobilizada exclusivamente pela questão racial em face do cidadão negro. Em tais etapas, há sempre um convite à desmemória, à incorporação seletiva da hipoamnésia do vivido. O convite ao esquecimento funciona como uma estratégia para enfraquecer o curso de nossas lutas. Esse esquema, essencialmente esquizofrênico, incide duplamente no estímulo ao apagamento da identidade e na exclusão demarcada pela alteridade. Constata-se que a população negra que alcança tais instâncias simbólicas de poder precisa apresentar sempre as credenciais que lhe autorizaram a ocupar esse lugar (MOURA, 2012, p. 4).

Nossa história não deve ser generalizada, sua apresentação aqui, tem outro sentido, onde desejamos contar o que vivemos, uma história que nos é particular e que revela a possibilidade de outras histórias particulares, que ao serem reveladas, em conjunto, compõem a história da população afrobrasileira no Ceará.

É necessário denunciar que a liberdade, como ficou explícito, não significou uma ruptura com a desqualificação do passado em cativo. A equiparação civil que, em tese, deveria dar base ao tratamento igual aos indivíduos, serviu para reafirmar seus antigos “lugares sociais”, o *não lugar*.

A voz de minha bisavó ecoou criança
nos porões do navio ecoou lamentos

de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado rumo à favela.

A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e
fome.

A voz de minha lha
recolhe todas as nossas vozes recolhe em si
as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas.
A voz de minha lha

recolhe em si
a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha lha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

(EVARISTO, 2008, p. 10-11).

Evidencia-se, então, como o território da liberdade ancorada ao mito da democracia racial é pantanoso, há mais de 150 anos após a abolição, vivemos ainda um estágio de quase cidadania.

E afirmamos, inclusive, que a abolição foi circunstanciada, à medida que nos livramos das pesadas correntes de ferro fundido, mas continuamos presos a um imaginário social velho, mas não caduco, assentado na velha ordem social e cristalizado pela ideologia racista. Sob este imaginário toda a população negra sempre será descendente das agruras da escravidão.

Ao escrevermos esta história incidimos sobre outro dos problemas enfrentados pela população afrodescendente, a superação do estigma da escravidão, o fardo do passado em cativo.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Isildinha. **Significações do Corpo Negro**. 1995. 143f. Tese, (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo. 1995.

BISPO, Silvana Santos. **Nós temos que falar sobre nós: Populações Negras e Lugares de fala**. 2012. Disponível em <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1337109303_ARQUIVO_HISTORIAORAL-ARTIGO.pdf> acesso em 14 de Abril de 2015.

CUNHA Jr., Henrique. **Afrodescendencia e Africanidades: um dentre os diversos enfoques possíveis sobre população negra no brasil**. Disponível em <https://interfacesdesaberes.fafica-pe.edu.br/index.php/import1/article/viewFile/169/88>

EVARISTO, CONCEIÇÃO. Vozes-mulheres. In: EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FERREIRA, Lola. **Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia**. Rev. Gênero e Número, n. 10. Jun. 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em 20 de Setembro de 2019.

MOURA, Maria Aparecida. **A poética das folhas de Flandres: notas afetivas de uma cidadania forjada entre muros.** Memorial apresentado à banca de professora titular da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?.** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.